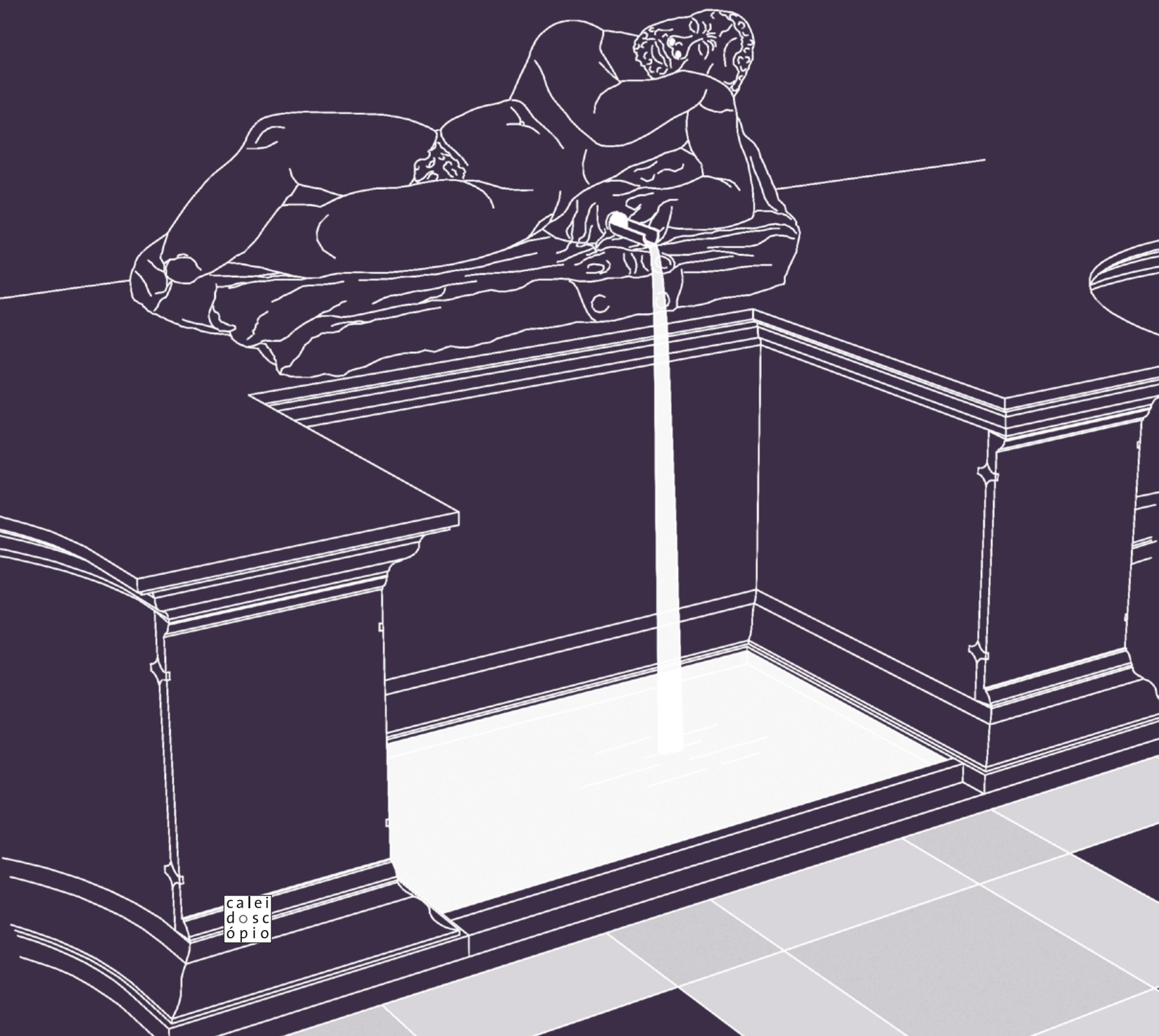
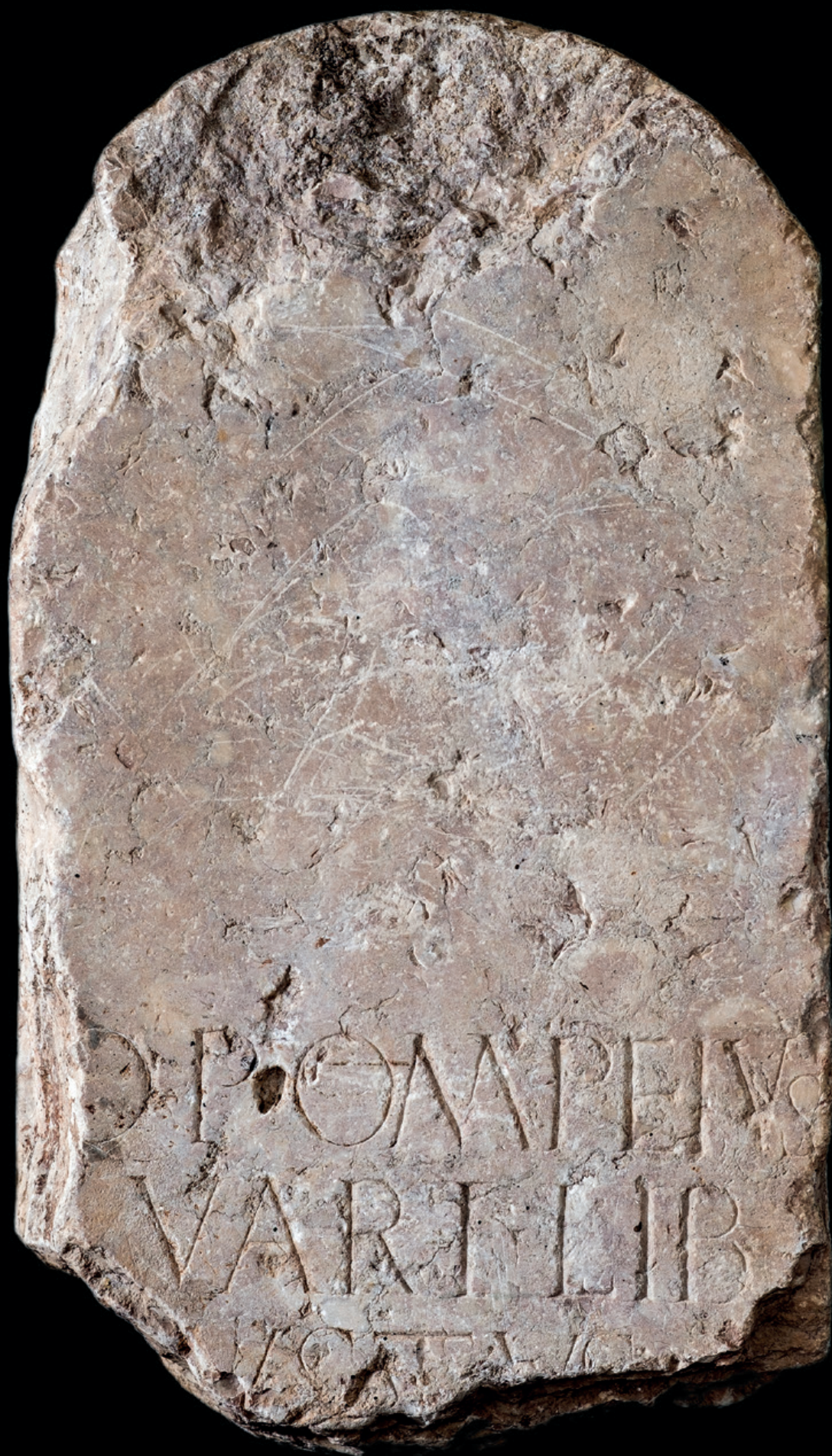


LISBOA
ROMANA — FELICITAS IULIA OLISIPO

Os monumentos epigráficos





OPOMPEIV
VARELLIB
VOTIV

Os grupos servis do município: origem, funções e ambições

SÍLVIA TEIXEIRA

Podemos atribuir aos escravos e libertos um papel importante no desenvolvimento de qualquer cidade romanizada, não sendo *Olisipo* excepção, onde a actuação destes grupos assumiu contornos particulares em função das potencialidades do território. Através da epigrafia, mais precisamente da análise dos nomes e ocupações dos indivíduos, poderemos caracterizar a importância e potencialidades destes grupos no contexto da vocação portuária e comercial de *Olisipo* e da sua ligação à casa imperial, sem ignorar a vertente latifundiária e agrícola.

Ser escravo e liberto no registo epigráfico

Sendo um elemento indissociável da civilização romana, a escravatura contribuiu não apenas para o próspero desenvolvimento de Roma, mas também das províncias do Império sobre as quais se exerceu o domínio romano, incluindo a da Hispânia, que engloba os actuais territórios de Espanha e Portugal, da qual faz parte a Lusitânia, à qual corresponde a maior parte do território actualmente português. De uma forma geral, os escravos são tidos como um importante recurso económico e um meio

de ostentação social para os seus senhores; enquanto os libertos, condição que designa o escravo tornado livre pelo seu senhor através da manumissão, terão continuado a desempenhar um importante papel neste sentido, desfrutando de maior autonomia de acção e poder de compra do que os escravos¹.

Porém, não obstante o seu afastamento da escravatura, o liberto não pode ser igualado a um cidadão romano, estando, ao contrário deste, impedido de desempenhar os principais cargos municipais e fazer carreira militar, embora pudesse assumir alguns cargos locais e religiosos. Além disto, o vínculo com o seu antigo senhor – agora

FIG. 4

Estela funerária de *Q(uitus) Pompeius lustus*, liberto de Varus, MUSEU REGIONAL DE ÉVORA (créditos fotográficos: © CML | DMC | DPC | José Vicente 2019).

patrono – mantinha-se de forma duradoura, através das chamadas *operae*, que designam obrigações económicas e laborais para com o patrono, e do *obsequium*, englobando as obrigações morais como obediência e deferência face ao mesmo (Wiedemann, 1981, pp. 53-55 e 1997, p. 28; Hernández Guerra, 2014, p. 22). Desta forma, os libertos ter-se-ão tornado numa espécie de “classe média” orientada para o comércio e a maximização de lucros, o que terá fomentado o seu poder financeiro, permitindo simultaneamente aos seus patronos o usufruto de vidas opulentas (Wiedemann, 1997, pp. 8 e 33). Por sua vez, as possibilidades mais avultadas dos libertos face aos escravos explicam a prevalência daqueles no registo epigráfico, sendo a representação dos escravos diminuta neste sentido.

A epigrafia, que engloba as inscrições gravadas pelas comunidades do Império romano, afigura-se a fonte mais completa para o melhor conhecimento dos grupos servis. Através destas epígrafes são-nos dados a conhecer aspectos da vida dos escravos e libertos, como as suas origens, relações com os senhores/patronos, vida familiar, eventuais cargos desempenhados, entre outros. Porém, os critérios de identificação destes indivíduos nas epígrafes mantêm-se como uma das questões mais debatidas no estudo destas temáticas, passível de influenciar a extensão e fiabilidade da documentação².

A análise do repertório compilado para este trabalho assenta numa nítida distinção entre escravos seguros, englobando apenas os portadores da designação *servus/-a* (ou *verna*, os escravos nascidos na casa do seu senhor) e aqueles dados como possíveis escravos, com base na existência de um só nome, ausência de filiação (um elemento-chave na identificação dos cidadãos romanos) e presença de um nome de origem oriental³, ou latina, se observável com frequência no meio servil (Kajanto, 1982,

pp. 69 e 133-34). Para os libertos, esta distinção segue o mesmo princípio, remetendo a designação *libertus/-a* para os libertos seguros, enquanto a dedução dos possíveis libertos se revela semelhante à dos escravos, com a particularidade de que estes possuem habitualmente dois nomes, o gentílico e o cognome, o primeiro dos quais herdado do patrono. Outras situações que apontam para possíveis libertos incluem, além da natureza do cognome e ausência da filiação, a partilha de gentílicos entre um casal ou uma unidade familiar composta por cônjuges e seus filhos, sugerindo a sua condição de libertos de um mesmo patrono.

Todavia, tanto os escravos como os libertos que indicam explicitamente a sua condição constituem uma minoria face àqueles que são tidos como possíveis detentores destes estatutos, dada a tendência para a omissão das designações *servus* e *libertus* nas epígrafes, o que reduz o número de inscrições a que poderemos recorrer de forma fidedigna.

O repertório epigráfico de *Olisipo* e sua distribuição

No que respeita à delimitação territorial da antiga *Olisipo*, seguimos o critério de Jorge de Alarcão (1994, pp. 58-60), segundo o qual a área do município romano se centra em torno do morro do Castelo, mas abrangendo ainda a área circundante desde a actual Praça do Martim Moniz até à zona ribeirinha do Tejo por altura do Chafariz do Rei, passando pela Baixa Pombalina, sendo as inscrições provenientes desta área atribuídas ao meio urbano.

No entanto, certas zonas pertencentes ao actual concelho de Lisboa, onde foram descobertas epígrafes desta temática, nomeadamente Anjos (CIL II 211), Avenidas Novas (EO 114), Chelas (CIL II 291), Poço de Cortes (EO 144g) e S. Vicente de Fora (CIL

II 177 e 213), já não fazem parte da cidade romana, integrando assim o *ager* olisiponense, isto é, os territórios circundantes do núcleo urbano. Esta parte do território caracteriza-se pela sua vertente predominantemente rural, com vastos territórios propícios para cultivo e *villae*, que designam as habitações observáveis neste contexto.

Dentro do *ager* foram também incluídas inscrições procedentes de territórios do actual distrito de Lisboa, nomeadamente Alenquer, Cascais, Loures, Oeiras, Sintra e Torres Vedras, integradas portanto na esfera rural. Destaca-se a abundância epigráfica de Sintra, que teria, na sua globalidade, mais inscrições do que a parte urbana, também designada *urbs* (Ribeiro, 1982-83, pp. 158-65), tendo contido um apreciável núcleo populacional, como sugerem o número e importância das suas inscrições, em conjugação com os vestígios arqueológicos e as condições privilegiadas para a exploração das pedreiras de mármore da região (Guerra, 2003, p. 128).

No aspecto da documentação epigráfica, as inscrições de *Olisipo* reflectem, tanto em número como em relevância, a importância deste município em termos administrativos, económicos e culturais no contexto da sociedade romanizada, rivalizando neste aspecto com o de Mérida, capital da província da Lusitânia (Guerra, 2006, p. 272). A consulta das bases de dados epigráficas online (EDCS, HEpOL) revela a existência de aproximadamente três centenas de inscrições no território olisiponense (excluindo inscrições muito fragmentadas e desprovidas de gravação); no entanto, apenas 51 destas fazem referência a escravos e libertos (cerca de 17%).

Destas, 29 foram atribuídas ao território urbano, muitas das quais descobertas em importantes contextos da cidade romana, como o Castelo, Teatro romano, Cerca Velha e o prédio situado entre o Largo da

Madalena e a Travessa do Almada, onde se observa um importante núcleo de inscrições votivas, isto é, de dedicatórias a divindades cultuadas pelas sociedades romanizadas, designadamente duas inscrições a Cíbele e uma a Mercúrio, registando indivíduos de possível origem servil. O conjunto de inscrições urbanas regista 38 indivíduos, dos quais apenas uma reduzida parte indica claramente origem servil, estando os libertos nitidamente mais bem representados do que os escravos (o que também é comum ao âmbito rural), devido ao maior poder financeiro daqueles.

Já os territórios rurais fornecem-nos 22 inscrições, onde se documentam 37 indivíduos. A representatividade de escravos e libertos no âmbito urbano e rural revela-se semelhante; porém, se considerarmos apenas os indivíduos seguros, constatamos que a presença de libertos é maior no território urbano. Por sua vez, nos territórios rurais os escravos gozam de maior visibilidade, sendo contudo pequena a diferença. A importância económica dos escravos tem sido geralmente associada às actividades agrícolas, tendo os escravos de territórios rurais excedido os das cidades em termos quantitativos (Wiedemann, 1981, p. 8; Bradley, 1987², p. 75). Quanto à natureza das inscrições, predominam os epitáfios, que memoram o falecimento dos indivíduos, tanto nos territórios urbanos como rurais, sendo o âmbito funerário o meio de representação por excelência das camadas servis (Pastor Muñoz, 2009, p. 338).

O desempenho de cargos e funções no meio urbano

Uma das formas de se determinar a importância dos grupos servis numa cidade consiste em procurar referências ao desempenho de cargos e funções por escravos e libertos nas inscrições. Embora quantitativamente

menos presentes face aos epitáfios, as inscrições votivas afiguram-se relevantes neste sentido, pela concentração de referências ao cargo de *Augustalis*, as quais se observam quase exclusivamente em contexto urbano e votivo, com uma única excepção (CIL II 264) proveniente de Unhos, Loures, tratando-se do epitáfio de *Iulius Mun(...?) lib. Italicus Augustalis*. Este cargo destinava-se à promoção e manutenção do culto da figura do Imperador nas cidades romanas, contribuindo para o embelezamento destas através de empreendimentos custeados pelos *Augustales*, incluindo, por exemplo, construções e cerimónias públicas, que, por sua vez, incrementavam o estatuto social destes indivíduos (Pastor Muñoz, 2009, p. 342).

Este é o cargo mais presente na epigrafia do município, embora sejam escassas as referências neste sentido: 12 indivíduos indicam o desempenho de profissões ou cargos, oito dos quais Augustais, sendo um deles *Augustalis perpetuus*. Embora tratando-se de um cargo frequentemente associado a libertos, que corresponderão a cerca de 90% dos seus integrantes (Duthoy, 1974, p. 134), só dois destes indivíduos indicam expressamente esta condição, incluindo o conhecido personagem *C. Heius Primus*, presente em duas inscrições provenientes das ruínas do Teatro romano.

Não obstante o reduzido número de inscrições, a importância desta estrutura como núcleo de documentação epigráfica prende-se com as informações transmitidas a respeito da vida político-administrativa e familiar deste personagem, de incontestável relevo para a construção da Lisboa romana, tendo financiado a reconstrução de parte do Teatro⁴. Este é homenageado pelos seus libertos e família, numa inscrição de igual

proveniência⁵ que dá conta das relações interpessoais mais próximas deste personagem e da importância destes vínculos para a vida familiar dos grupos servis. *Primus* libertou dois escravos, que herdaram desta forma o seu gentílico: *C. Heius Nothus* e *Heia Elpis*, de cuja união terão resultado quatro filhos, todos integrados na *gens Heia*, de origem itálica, pouco difundida na globalidade do mundo romano, mas associada a importantes centros portuários (Fernandes, 2005, p. 33). (ver Fig. 1)

Excluindo esta família, a representação dos portadores do gentílico *Heius* na Lusitânia revela-se inexistente (como evidenciado pela consulta de EDCS e HEpOL), o que realçará a importância de *Olisipo* como centro portuário que terá exercido apreciável atracção sobre famílias de poder e prestígio como esta. Neste sentido, Luís Silva Fernandes (2005, p. 35) atribui ao núcleo de *C. Heius Primus* o papel de magistrados no âmbito do comércio marítimo olisiponense, o que lhes terá proporcionado a sua fortuna e prestígio social. Aliás, o facto de os dois filhos varões do casal optarem por duplos cognomes ao invés de apenas um, como habitual, remete para as aspirações sociais desta família (Edmondson, 2009, p. 126). Derivado destas actividades, o avultado poder financeiro de *Primus* terá propiciado o seu investimento no Teatro, através do qual contribui para a promoção do culto ao Imperador, tendo em conta o papel dos edifícios teatrais como centros de difusão da ideologia imperial (Fernandes, 2005, p. 35).

Efectivamente, as inscrições dos *Augustales* de *Olisipo* afiguram-se férteis em referências a manifestações destinadas à promoção deste culto, nomeadamente o pedestal oferecido por *C. Arrius Optatus* e

FIG. 1

Pedestal a *Caius Heius Primus* reproduzido no desenho de Francisco Xavier Fabri do teatro romano de Lisboa, m Museu de Lisboa | MUSEU DO TEATRO ROMANO (créditos fotográficos: © José Avelar, Museu de Lisboa / EGEAC).

STALI
PERPETWO
CHEIO·C·L·
PRIMO·
CHEVS·PRIMI·LIB·
NOTHVS·ET·HEIA·
PRIMI·L··ELPIS·
HEIA·NOHIF·ECNE·
CH¹·NOHIF·CAL·
PRIMVS·CAIO
HEIA·NOHIF·CHELIO
GEN·NOHIF·CAL·
C·APHIRVS·NOHLAN

30

C. Iulius Eutiches (CIL II 182) à figura do Imperador divinizado e as oferendas em homenagem a divindades romanas, entre as quais Apolo (AE 1936, 107), divindade associada à figura do Imperador (Price e Kearns, 2003, p. 40), Esculápio (CIL II 175), frequentemente ligado a este último (Toutain, 1907, p. 330; Mantas, 2002, p. 125), e Mercúrio (CIL II 181), cuja ligação ao poder imperial se revela aparente pelo uso do epíteto *Augusto*. De facto, verifica-se uma aparente ligação entre o culto de Mercúrio e o culto imperial, não apenas em *Olisipo*, mas também nas cidades portuárias da Península, sugerida de forma directa pelas três dedicatórias olisiponenses a esta divindade (CIL II 180 e 181 e AE 1950, 255), mas também atendendo ao facto de boa parte dos cultuantes de Mercúrio serem libertos e integrarem frequentemente o grupo dos *Augustales* (Baratta, 2001, *apud* Santos, 2011, p. 536). (ver Fig. 2)

Sem contar com estes, as restantes referências a cargos/profissões inserem-se quase exclusivamente em âmbito urbano. Entre elas conta-se uma dedicatória a Cíbele (CIL II 179), na qual se regista uma *cernophora*, termo que designa uma sacerdotisa ou ministra incumbida de transportar os vasos sagrados que continham os frutos oferecidos aos deuses, nas procissões e eventos similares (Vasconcelos, 1913, p. 330). (ver Fig. 3) Outra inscrição, proveniente do Castelo de São Jorge (EO 11), constitui a única referência exterior ao âmbito votivo, dando-nos a conhecer um indivíduo identificado como *vil(icus) XX her(editatium)*, o qual indica explicitamente a sua condição escrava. Entre as várias funções que podiam caber ao *vilicus*, refere-se à recolha e administração da *Vicesima hereditatium*, uma taxa estipulada por Augusto, o primeiro Imperador

romano, que correspondia a 5% de uma herança obtida por testamento. Esta é uma de apenas duas inscrições* que fazem referência a este cargo no território da província da Lusitânia, sendo que, curiosamente, ambas provêm do território olisiponense.

Sendo o *vilicus* definido como um trabalhador de condição escrava ou liberta encarregue da administração da *villa* do seu senhor (Mangas, 1971, p. 71), o indivíduo, *Firmus*, ao identificar-se como *Aug(usti) ver(na)*, transmite-nos a sua condição de funcionário da casa imperial no âmbito da qual tinha nascido. A representatividade dos escravos imperiais é assaz rara na Lusitânia, com apenas mais dois exemplos conhecidos, de reconstituição embora complicada⁷. Porém, não obstante a descoberta desta inscrição em âmbito urbano, cabe lembrar que esta se reporta a uma realidade de pendur rural, mesmo que relativamente próxima do núcleo urbano, tendo em conta a presumível origem das epígrafes do Castelo em diversos pontos do território de *Olisipo*, devido à complexidade do processo de construção desta estrutura e dos elementos que a integram (Guerra, 2006, p. 277).

... e no meio rural

Tal como se verificara dentro da *urbs*, uma inscrição de natureza votiva* afigura-se relevante nesta óptica, ao tratar-se da única referência a um cargo fora do âmbito urbano, sem ser o de Augustal, documentando a dádiva de dois *magistri* a uma divindade designada como *Dea*. O termo *magister* apresenta-se algo ambíguo, podendo abranger uma variedade de funções, embora tratando-se de um cargo frequentemente assumido por libertos (como indicado por uma pesquisa em

FIG. 2

Pedestal dedicado ao divino Augusto pelos augustais *C(aius) Arrius Optatus* e *C. Iulius Eutichus*, MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (créditos fotográficos: Direção-Geral do Património Cultural/ Arquivo de Documentação Fotográfica).

DIVO AVGVST
CARPENS OPTA
CIVILIS EVTICH
AVGVSTAE

EDCS). Entre as epígrafes votivas registando este termo (mais de uma centena), observa-se apenas um escravo seguramente identificado e outro possível detentor deste estatuto, sendo os restantes libertos seguros ou possíveis. Assim, os dois indivíduos da referida inscrição, *Augus* e *Hermes*, poderão ter sido libertos, não obstante o seu nome único, mais frequentemente associado a escravos.

As referências ao cargo de *magister* são escassas na Lusitânia, restringindo-se os exemplos a *Messius Artemidorus*, que manda lavrar uma inscrição ao deus Mitra em *Pax Iulia* (IRCP 339), em representação de um *sodalitium* (uma irmandade religiosa) de Brácaros; e *C. Iulius Rufinus*, que homenageia Vénus em Miróbriga (IRCP 146). A inscrição de Cascais constituirá então o único exemplo de menção deste cargo fora do chamado *conventus Pacensis*, que engloba aproximadamente os territórios do actual Alentejo e Algarve. Para José d'Encarnação a indicação do cargo sugere a existência de um culto organizado a esta divindade, ou uma associação religiosa de um *collegium*. Por sua vez, o termo *donum* assinalaria uma oferenda mais especial do que o cumprimento de um ex-voto típico, talvez um agradecimento à deusa após o recebimento do cargo, comparável a uma *summa honoraria*, correspondente ao encargo custeado pelos magistrados aquando da sua ascensão ao cargo (Encarnação, 1983).

Fora do âmbito votivo, não dispomos de referências ao desempenho de cargos ou profissões na esfera rural, excluindo talvez o *villicus* registado em EO 11. Poderemos, todavia, pensar que a maior representação de escravos no meio rural se relacionaria com a sua importância nas actividades

agrícolas, tendo sido comprovada a existência de *villae* nos territórios de Loures (Oliveira, 1998, p. 29; Fernandes, 2003, p. 27), Sintra (Ribeiro, 1982-83, p. 157) e Torres Vedras (Mantas, 1985, p. 146 e 2018, p. 39; Guerra, 2003, p. 129), presumivelmente pertencentes às elites abastadas de *Olisipo*, cujos produtos seriam facilmente transportáveis por via fluvial ou terrestre para a *urbs*. Mesmo nas proximidades do núcleo urbano, particularmente na zona do Mosteiro de Chelas, foram descobertos achados que remetem para a presença de *villae* (Mantas, 2018, p. 41).

Algumas epígrafes foram dadas como ilustrativas neste sentido, entre as quais um epitáfio de Loures (CIL II 317) documentando a homenagem de um ou mais filhos aos progenitores *Taurillus* e *Sotiris*, que Luís Silva Fernandes (2003, p. 39) inclui entre a mão-de-obra servil que sustentaria as actividades dos vários presumíveis proprietários e seus dependentes presentes nesta parte do *ager olisiponense*. Por sua vez, uma epígrafe de Peral, Cadaval (FE 65, 2000, 93) memora o passamento de *Callaecio*, escravo de *Lucretius Lupus*, que teria sido também senhor de *Lucretius Callaecus* e *Lucretia Maura*, pais do defunto e agora presumíveis libertos de *Lupus*, que lhes teria concedido a liberdade e o gentílico *Lucretius*. Este personagem é incluído por José d'Encarnação e Guilherme Cardoso (Cardoso e Encarnação, 2000) entre os grandes proprietários rurais da Lusitânia ocidental nos finais do século II-inícios do século III d. C., com base num conjunto de testemunhos epigráficos onde se identifica o nome *Lucretius* em associação a actividades de fabrico oleiro.

FIG. 3

Homenagem da *cernophora Flavia Tyche* à *Mater Deum Magna Ida Phrygia* visível na fachada da Travessa do Almada do edifício pombalino nº 1 a 6 do Largo da Madalena, em Lisboa
(créditos fotográficos: © CML | DMC | DPC | José Vicente 2019).

IN RIDE
AN
N
Z
T
IN
S
K
ANN

A antroponímia das camadas servis de *Olisipo*

A antroponímia dos habitantes de *Olisipo*, designando o conjunto dos seus nomes pessoais recuperados nas inscrições, deixa transparecer a plena integração desta comunidade na norma sociocultural romana, atendendo à proliferação de nomes latinos e estruturas de identificação pessoal que seguem o modelo de Roma, no qual se destacam a presença de dois nomes, o gentílico e o cognome. Neste sentido, revela-se escasso o número de indivíduos portadores de nomes e estruturas indígenas, que se reportam à realidade anterior ao domínio romano. Estes apresentam-se mais frequentes no território do *ager*, enquanto os nomes de origem grega se revelam prevalentes em âmbito urbano (Guerra, 2003, p. 140).

A análise dos nomes dos indivíduos dados como pertencentes ao meio servil confirma este cenário, pois, dos 37 indivíduos do núcleo urbano portadores de cognomes cuja natureza pôde ser aferida, 21 apresentam nomes de origem grega, perfazendo 57% deste total. Em comparação, os territórios rurais denotam uma representação mais modesta destes, não sendo porém a diferença avultada: dos 36 indivíduos contabilizados neste aspecto, 16 possuem antropónimos gregos (44%).

Importa também referir a quase total ausência do elemento indígena, que conta apenas com um indivíduo portador de cognome desta natureza, proveniente do *ager*. De uma forma geral, a antroponímia latina não deixa de estar bem presente, tanto em âmbito urbano como rural, embora acabando por se destacar um pouco mais neste último, com a subtil perda de importância dos nomes de origem grega. Não obstante as diferenças

expectáveis – afigurando-se a parte urbana mais atractiva para a mobilidade e prosperidade dos libertos em ascensão – poderemos dizer que as camadas servis de *Olisipo* se integram plenamente num ambiente de sólida romanização, com todas as oportunidades de promoção social que daí adviriam.

Estas terão constituído um atractivo para as comunidades das províncias orientais e seus libertos, observando-se a presença de cognomes alusivos a outras paragens do mundo romano. Observa-se noutros casos a presença de cognomes que remetem para uma origem exógena, embora considerados com a devida cautela, uma vez que a atribuição destes se deve por vezes a modas (Hernández, 2014, pp. 25-26), não sendo necessariamente indicadores fidedignos da origem de um indivíduo. Todos estes provêm do *ager* e pertencem a figuras já referidas, nomeadamente o Augustal de Loures (CIL II 264), portador do cognome *Italicus*, e o par formado por *Lucretius Callaeus* e *Lucretia Maura*, com nomes de raiz respectivamente galaica e africana, encontrando-se a presença africana documentada na antroponímia de várias partes do território olisiponense, incluindo Torres Vedras, Cascais e Sintra⁹.

Estas epígrafes testemunham a atracção exercida pelo *ager Olisiponensis* sobre os imigrantes de várias partes do Império¹⁰, incluindo o Oriente e o Norte africano, cuja mobilidade era propiciada pela posição privilegiada de *Olisipo* no contexto das deslocações marítimas (Encarnação e Cardoso, FE 65, 2000, 93; Guerra, 2003, p. 124). Estes eram cativados pela abundância e qualidade da matéria prima (com destaque para as pedreiras da região de Sintra), boa qualidade dos solos e rede de comunicações fluviais

FIG. 5

Ara funerária de *Aponia Iuliana* dedicada por seus pais, *Publius Aponius Iulianus* e *Aponia Nicopolis*, MUSEU MUNICIPAL DE LOURES (créditos fotográficos: Museu Municipal de Loures).

D M
APONIAE P FIVLIN
PAPONIVS IVLIANV
LT APONIA NICOPOLIS
FILIAE

e terrestres, que propiciavam o estreito contacto com a *urbs*.

No tocante às deslocações dentro da província da Hispânia, outra epígrafe do *ager*, embora mais próxima do núcleo urbano (CIL II 213), testemunha a homenagem prestada por um indivíduo aos seus dois irmãos, um dos quais identificado com a expressão *situs urbe Italica*, indicando que teria sido sepultado na antiga Sevilha (enquanto o sepultamento do outro irmão teria ocorrido presumivelmente em terras olisiponenses). Assim, a vocação de *Olisipo* como centro de comunicações marítimas coaduna-se com o seu potencial enquanto centro de comunicações terrestres, assegurando a ligação não apenas às fachadas atlântica e mediterrânea do Império, mas também a outros pontos dentro da própria província.

Os gentílios. Famílias associadas ao meio servil

A análise dos gentílios afigura-se também uma importante fonte de informações para o estudo dos grupos servis, nomeadamente a associação entre certos gentílios e a casa imperial ou famílias de elevado poder e prestígio, estabelecida através da análise da distribuição destes nomes no território da província (e mais além). Os gentílios identificam colectividades designadas “famílias”, pertencendo os portadores de determinado gentílico à mesma família, embora não no sentido que actualmente atribuímos ao termo, de famílias directas, mas sim mais dispersas. Tanto no âmbito urbano como rural, destaca-se a diversidade de gentílios identificados: na *urbs*, entre 27 indivíduos portadores de gentílico, registam-se 13 gentílios diferentes; nos territórios rurais, contam-se 11 gentílios entre 24 indivíduos.

A sua distribuição apresenta-se geralmente fragmentada, dado que quase cada um deles se observa num máximo de dois

indivíduos, com algumas excepções. Naturalmente, o gentílico *Iulius* é uma delas, tratando-se da *gens* com mais libertos no município, com sete casos em âmbito urbano e oito em âmbito rural, devido ao papel desempenhado pelo primeiro Imperador romano, *C. Iulius Caesar Octavianus*, no processo de promoção de *Olisipo* a município de direito romano numa altura em que este não havia ainda assumido a designação de Augusto (Fernandes, 2003, p. 31), tendo a cidade recebido o nome de *Felicitas Iulia Olisipo*. Nos séculos I e II d. C., destaca-se a participação dos diversos ramos dos *Iulii* olisiponenses na administração municipal, aliando-se a importantes famílias do município (Ribeiro, 1982-1983, pp. 449-451; Fernandes, 1998-1999, pp. 140-14) e dominando, juntamente com os seus libertos, as mais prestigiantes funções no culto imperial (Étienne, 1990, pp. 222-223 e 225; Fernandes, 1998-1999, p. 140).

De facto, este é o gentílico mais verificado entre os Augustais de *Olisipo*, dado que, dos oito indivíduos detentores deste cargo, quatro pertencem à gens *Iulia*, demonstrando a estreita ligação dos *Iulii* desta cidade ao culto imperial. Outro gentílico de relevo é *Pompeius*, tendo *Olisipo* a segunda maior concentração deste na Lusitânia, após Mérida (Navarro Caballero e Ramírez Sádaba, 2003, mapa 235). Parece ter-se associado a esta *gens* um núcleo de libertos, dos quais apenas um se identifica explicitamente como tal, *Q. Pompeius Vari lib. Iustus* (Quinto Pompeio justo, liberto de Varo CIL II 241). Outras três inscrições registam também indivíduos com este gentílico, uma das quais dá conta da homenagem de um número indeterminado de *liberti* ao seu patrono, *Sex. Pompeius L. f. Gal. Scapula* (Sexto Pompeio Escápula, filho de Lúcio, da tribo Galéria CIL II 244). (ver Fig. 4)

Cabe também referir aqui o gentílico *Aponius*, bem documentado na Hispânia e ligado a membros da elite da província da

Os Augustales de Olisipo

Um dos cargos municipais que os libertos podiam desempenhar era o de *Augustalis*, com o objectivo de promover e manter o culto imperial nas cidades, através das chamadas manifestações evergéticas, como por exemplo construções (templos, estátuas, inscrições...) e celebrações públicas; estando ainda incumbidos de pagar um encargo (*summa honoraria*) aquando da obtenção do cargo. Ao contribuírem para o embelezamento das cidades, enaltecendo em simultâneo a figura do Imperador, os *Augustales* granjeavam prestígio social, bem como certos privilégios e homenagens da comunidade.

Todavia, chegar a *Augustal* exigia apreciáveis recursos financeiros, os quais provinham da intervenção destes indivíduos em actividades industriais e/ou comerciais, para as quais eram muitas vezes levados pelos seus, agora, patronos. A abundância de recursos naturais, provenientes do *ager*, e a existência de uma rede de comunicações privilegiada por terra e mar estimulou o florescimento das actividades mercantis de *Olisipo*, proporcionando aos libertos um meio de garantirem a sua participação na vida municipal.

Este é um grupo bastante representado na epigrafia da cidade: dos 12 indivíduos que indicam o desempenho de cargos ou funções, oito identificam-se como *Augustais*, destacando-se a sua participação no culto às divindades romanas, ligadas à figura do Imperador, e o seu investimento em estruturas relevantes para a difusão da ideologia imperial, como o Teatro. Estes indivíduos encontram-se plenamente integrados no padrão sociocultural romano, dispondo de elevado poder financeiro, bem como de uma forma de identificação nas inscrições e hábitos culturais próprios de uma sociedade de sólida romanização que busca tornar-se favorável aos olhos do poder imperial.

Em suma, a prosperidade e visibilidade dos *Augustales* constitui um traço distintivo de *Olisipo* enquanto cidade integrada no mundo romanizado, dada a sua ligação a vários aspectos característicos da comunidade olisiponense, nomeadamente a prosperidade das suas actividades mercantis, a mobilidade e oportunidades de ascensão social dos libertos, e a forte ligação à casa imperial.

Bética, também pertencente à Hispânia (Fernandes, 2003, p. 41), sendo que, na Lusitânia, este surge associado tanto ao meio indígena como a estratos servis (Fernandes, 1998-99, pp. 167-69). Em *Olisipo*, faz parte desta *gens* um casal de possíveis libertos, *Aponia Nicopolis* e *P. Aponius Iulianus*, e a sua filha, já detentora de estatuto livre, pois teria presumivelmente nascido após a manumissão dos pais (CIL II 272). (ver Fig.5)

Ainda neste tópico, não podemos ignorar a importância da *gens Heia*, representada pelo *augustal* perpétuo *C. Heius Primus*, os seus libertos e os quatro filhos destes. Por

fim, temos o gentílico *Cominius*, atribuído a quatro indivíduos do mesmo núcleo familiar (CIL II 210), cuja ligação ao meio servil é sugerida pela possibilidade de serem libertos do cavaleiro *G. Cominius Atilianus* (Santos, 1987, p. 212), memorado numa inscrição procedente da chamada Cerca Moura (CIL II 263).

Considerações finais

A importância dos grupos servis na sociedade da antiga *Olisipo* transcende o modesto conjunto de inscrições que a eles se referem, particularmente no que respeita aos libertos,

cuja representatividade e âmbito de actuação se concentram no território urbano, apesar da existência, em partes do *ager*, de vastos e prósperos núcleos populacionais. Estes ter-se-ão afirmado como um grupo próspero, bem integrado na sociedade romanizada, para o que contribui a sua participação nas actividades marítimas, um factor transversal a diversos aspectos da vivência dos libertos de *Olisipo*. Entre estes conta-se a sua actuação em âmbito votivo, o qual se revela usualmente propício à representação e destaque dos libertos em face do seu limitado acesso aos cargos mais importantes, que os motivou a voltarem-se para o cargo de Augustal, pelas oportunidades de ascensão social que trazia.

As dedicatórias por eles ofertadas a divindades romanas destinavam-se não apenas a espelhar o seu sucesso nestes empreendimentos mercantis, enquanto manifestações do seu poder financeiro daí obtido; como também a assegurar as condições favoráveis à continuação deste, pela ligação a divindades como Mercúrio, que zela pelos mercadores e viajantes (Santos, 2011, p. 537) e ao culto imperial, visando enaltecer também a figura do Imperador através destas manifestações. Sendo *Olisipo* uma cidade ligada à casa imperial desde época recuada, mostra-se plausível a intenção dos libertos de cultivarem o vínculo ao poder imperial e permanecerem nas boas graças do Imperador, que terá norteado a actuação dos *Augustales*, um grupo que, incluindo o personagem *C. Heius Primus*, se encontra bastante representado na epigrafia de *Olisipo*. Porém, embora com mais recursos e mobilidade para o fazerem, não são apenas os libertos que parecem assumir este objectivo, como sugerido pelo *villicus* que se identifica como escravo da casa imperial – um grupo escassamente observado na Lusitânia, mas que não deixa de se fazer representar em *Olisipo*.

Por sua vez, as condições privilegiadas dos libertos do ponto de vista da sua

liberdade de actuação e oportunidades de fruição económica e social, especialmente em comparação com outras cidades como Mérida, onde este grupo teria estado sujeito a um maior controlo pelas elites dominantes (Pastor Muñoz, 2009, p. 347), terão estimulado as deslocações de libertos de outras partes do Império, nomeadamente (mas não apenas) das regiões orientais, fomentadas pelo carácter privilegiado de *Olisipo* como centro portuário. Porém, não obstante esta ligação com o mundo oriental, os imigrantes itálicos terão mantido o controlo da administração da cidade, juntamente com as elites autóctones romanizadas, compreendendo as famílias já existentes anteriormente ao domínio romano; não tendo, contudo, esta situação impedido a ascensão dos libertos (Mantas, 2018, p. 47).

De facto, estes terão proliferado entre as famílias da elite que se destacam pelo seu poder e prestígio, o que viria a fomentar a sua ascensão aquando do progressivo declínio da elite municipal, situando-se o auge deste processo em finais do séc. I, inícios do séc. II d. C. Forma-se então uma nova elite, mais vocacionada para actividades de cariz urbano, embora mantendo os laços de dependência com a anterior (Ribeiro, 1982-83; p. 161).

No entanto, esta teria mantido as vastas terras no *ager* olisiponense, necessitando para tal de um constante fluxo de mão-de-obra, pelo que importa lembrar também a importância dos escravos para o trabalho agrícola, pese embora a escassez de informações trazidas pela epigrafia sobre este grupo, sobretudo em comparação com os libertos. A actuação dos grupos servis coaduna-se então com a complementaridade entre a vocação portuária e comercial de *Olisipo* e o seu potencial agrícola (Guerra, 2003, p. 147), uma importante característica do perfil deste município enquanto cidade integrada no mundo romanizado, que conjuga harmoniosamente o cosmopolitismo com a tradição.

Notas

¹ Para mais informação sobre o tema: Bradley, 1987 e 1994; Finley, 1992; Wiedemann, 1981 e 1997, no tocante à generalidade do mundo romano. Sobre este fenómeno no território da Hispânia, ver Mangas Manjarrés, 1971; Fabre, 1976 e 1981; Serrano Delgado, 1988; Hernández Guerra, 2014.

² A respeito destes critérios e das problemáticas daí derivadas, ver Cagnat, 1914, pp. 81-84; Mangas Manjarrés, 1971, pp. 28-29; Encarnação, 1984, pp. 767-69; Hernández Guerra, 2014, pp. 21-22; Teixeira, 2018, pp. 73-77.

³ A associação de nomes greco-orientais a indivíduos de origem servil, assaz corrente na literatura destes temas (apenas para referir alguns exemplos: Mangas Manjarrés, 1971; Encarnação, 1984; Serrano Delgado, 1988; Hernández Guerra, 2014), não pode ser considerada um critério fidedigno para a atribuição destas condições, podendo também remeter para a presença de outros grupos, como imigrantes de outras partes do Império ou os seus descendentes (Encarnação, 1984, p. 769).

⁴ Como registado em CIL II 183: *Neroni Claudio divi Claudii f(ilio) Germa[nici] C[ae]sa[ris] nep(oti) Ti(beri) C[ae]sar[is] [pron(epoti) divi Augusti abn(epoti) Caesari] Aug(usto) Germanico pont(ifici) max(imo) trib(unicia) pot(estate) III / imp(eratori) III co(n)s(uli) II designato III proscaenium et orchestram cum ornamentis Augustalis perpetuus C(aius) Heius Primus Cato / HEIA[... d(onum) d(edit)].* Posteriormente, A. U. Stylow (2001: 145) propôs a correcção de *Neroni* para *Nerone*, dada a deterioração da última letra do nome, servindo assim o nome do Imperador como indicador temporal (“No tempo em que Nero era Imperador...”).

⁵ CIL II 196: - - - - - / *[Augu]stali / perpetuo / C(aio) Heio C(ai) l(iberto) / Primo / C(aius) Heius Primi lib(ertus) / Nothus et Heia / Primi l[ib]erta] Elpis / Heia Notha Secunda / C(aius) Heius Nothi f(ilius) Gal(eria) / Primus Ca[t]o / Heia Nothi f(ilia) Chelid(o) / T(itus) [H]eius Nothi f(ilius) Gal(eria) / Glaphyrus Nothian[us? - - -] / - - - - -*

⁶ A outra foi descoberta em Colares (AE 1954, 213), registando uma dedicatória *Soli Lunae Oceano* por *C. Iulius C. f. Quirina Celsus, proc(urator) XX(vicesimae) [her(editatium) Roma]e*. Desta vez o indivíduo identifica-se como *procurator*, podendo então a administração desta taxa ser levada a cabo por diversos funcionários.

⁷ Francisco Martín, 2007: 528 (Salamanca, Salamanca): *D(is) M(anibus) s(acrum) / s(ervus,-a) l(imperatoris) Batia / Patrici / f(ilius,-a) annoru/m L h(ic) s(itus,-a) t(ibi) t(erra) le(vis)*. Anteriormente lida como *D(is) M(anibus) s(acrum) / [A]mbato Patrici / annoru/m L s(it) t(ibi) t(erra) l(evis)* (HAE 1322, CIRPSA 236; ERPSA 58). A outra inscrição provém de Villamesías, Cáceres (CIL II 665): *German(us) / Serv[i]an(i) / a(nnorum) • XXI • h(ic) • s(itus) • e(st) / [N]eroni[s] / [G]erm(anici) Cla[udii] Caesa[ris] (servus)*. Mais recentemente, J. Esteban Ortega (CILCC II, 847) coloca *serv(us)* a seguir ao nome do defunto e não no fim, embora mantenha a sua natureza de escravo da casa imperial.

⁸ AE 1983, 470 (S. Domingos de Rana, Cascais):

Augus et / Herm[e]s • Deae / magistri / donum

⁹ A título de exemplo, cabe referir os nomes *Fundanus*, relacionado com o Norte africano, registado em três epígrafes de Cascais (REC 5, 13 e 14); e duas de Sintra (CIL II 274 e 285). Já numa inscrição de Torres Vedras (Mantas, 1985, p. 132) registam-se dois nomes ligados a este horizonte, *Africanus* e *Saturnia*. Na região de Sintra temos também antroponímia de raiz galaica representada pelos nomes *Gallus* (Cardozo, 1958, p. 286) e *Gallio* (CIL II 323).

¹⁰ Apontam ainda neste sentido a presença, em Cascais, de gentílios alheios ao território peninsular, e a variedade de nomes observada quer neste território, quer no de Sintra (Encarnação, 2001, p. 120).

Projeto Lisboa Romana *Felicitas Iulia Olisipo*

PELOURO DA CULTURA

Catarina Vaz Pinto

DIREÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Manuel Veiga

DEPARTAMENTO DE PATRIMÓNIO DA CULTURA

Jorge Ramos de Carvalho

CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA

António Marques

COORDENAÇÃO GERAL

Jorge Ramos de Carvalho

GESTÃO DE PROJETO

Inês Morais Viegas (coord.) – DPC/DMC/CML

António Marques – CAL/DPC/DMC/CML

Cristina Nozes – CAL/DPC/DMC/CML

Manuel Oleiro – EGEAC

PARCEIROS DO PROJETO

ArqueoHoje – Arqueologia, Conservação e gestão de Património LDA.; Câmara Municipal de Alcochete; Câmara Municipal de Alenquer;

Camara Municipal de Almada; Câmara Municipal da Amadora; Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos; Câmara Municipal de Cascais; Câmara Municipal de Loures; Câmara Municipal de Mafra; Câmara Municipal de Moita; Câmara Municipal de Oeiras; Câmara Municipal de Palmela; Câmara Municipal de Seixal; Câmara Municipal de Sesimbra; Câmara Municipal de Sintra; Câmara Municipal de Torres Vedras; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira; Centro de Arqueologia de Almada; Direção Geral do Património Cultural (DGPC); DGPC/ Direção Regional de Cultura do Norte; DGPC/ Museu Nacional de Arqueologia (MNA); EGEAC – Cultura em Lisboa (Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural E.M.); Empark Portugal – Empreendimentos e Exploração de Parques, S.A.; Empatia – Arqueologia Lda.; Eon – Indústrias Criativas LDA.; Eurostar Museum Hotel (Lisboa); Era – Arqueologia, Conservação e Gestão de Património S.A.; Hotel Governador (Belém, Lisboa) / Nau|Hotels & Resorts; Museu Arqueológico do Carmo/ Associação dos Arqueólogos Portugueses; Museu do Dinheiro/ Banco de Portugal; Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS); Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC)/ Fundação Millennium BCP; Neoépica – Arqueologia e Património LDA.; The7 Hotel (Lisboa); Veiga de Mago – Sociedade de

Serviços Financeiros e Investimentos LDA.; Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior/ Instituto Universitário Egas Moniz e Centro de Investigação Interdisciplinar Egas Moniz (CIIEM); Universidade de Aveiro - Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas; Universidade de Coimbra/ Faculdade de Letras/ Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP); Universidade de Évora / Laboratório Hércules; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Arquitetura/ Forma Urbis LAB; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Ciências/ Departamento de Geologia; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ); Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa (CEC); Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Instituto de História de Arte (ARTIS); Universidade de Lisboa/ Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP); Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Instituto de Estudos Medievais (IEM); Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas /Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA); Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Departamento de História de Arte.

Livro

TÍTULO

Lisboa Romana *Felicitas Iulia Olisipo*,
Os Monumentos Epigráficos

COORDENAÇÃO DO VOLUME

Ana Caessa – Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL/DPC/DMC/CML)

Ricardo Campos – Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (CMSINTRA)

INVESTIGAÇÃO E AUTORIA

Amílcar Guerra

Carla Matias

Cézer Santos

Florbel Estêvão

José d'Encarnação

Lídia Fernandes

M. Manuela Alves Dias

Ricardo Campos

Sara Henriques Reis

Sílvia Teixeira

COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO

Ana Caessa – CAL/DPC/DMC/CML

Ana Sofia Antunes – CAL/DPC/DMC/CML

Cristina Nozes – CAL/DPC/DMC/CML

Inês Morais Viegas (coord.) – DPC/DMC/CML

© Câmara Municipal de Lisboa, autores dos textos de cada volume e editora Caleidoscópio.

DESIGN GRÁFICO

José Ribeiro

ISBN

978-989-658-608-9

DEPÓSITO LEGAL

463308/19

TIRAGEM

1.500 exemplares

EDIÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CALEIDOSCÓPIO - EDIÇÃO E ARTES GRÁFICAS, SA
Telef.: (+351) 21 981 79 60

Fax: (+351) 21 981 79 55

caleidoscopio@caleidoscopio.pt

www.caleidoscopio.pt